

FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6907/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, para o cargo de subdiretor-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência de procedimento concursal, o mestre António Carlos Caeiro Carapeto para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de subdiretor-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, a que se refere o n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, o ora designado fica autorizado a optar pela retribuição base da sua categoria de origem.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de julho de 2018.

27 de junho de 2018. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: António Carlos Caeiro Carapeto

Local e data de nascimento: Reguengos de Monsaraz, 31 de março de 1966.

Habilitações académicas e profissionais

Parte curricular do Curso de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação, no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia e da Universidade de Coimbra (2005-2007).

Mestrado em Administração e Políticas Públicas, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), com a classificação final de Muito Bom, por unanimidade (1999-2002).

Licenciatura em Direito, na Universidade Moderna, com a classificação final de 13 valores (1990-1995).

Programa em Formação em Gestão Pública (FORGEP), no Instituto Nacional de Administração, com a classificação final de 17,5 valores (2010).

Curso de Formação Pedagógica de Formadores Inicial (2002-2003).

Experiência profissional

Desde 1 de dezembro de 2015 — Gestor de projetos, na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (ARSLVT), com as funções gestor de projetos de inovação, assessoria ao Conselho Diretivo para a área da inovação, gestor de área regional, tendo efetuado uma análise organizacional à ARSLVT e elaborado o projeto de reorganização interna.

8 de maio de 2007 a 13 de novembro de 2015 — Diretor no IAP-MEI — Agência para a Competitividade e Inovação. I. P., tendo dirigido as seguintes unidades orgânicas: Direção de Assistência Empresarial,

Direção de Proximidade Regional e Licenciamento e Direção de Planeamento e de Políticas de Empresa;

10 de maio de 2012 a 13 de novembro de 2015 — Presidente da Mesa da Assembleia Geral da PROMONET — Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias.

9 de junho de 2008 a 8 de julho de 2010 — Vogal da Direção Portus Park — Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.

20 de novembro de 2006 a 7 de maio de 2007 — Membro da equipa que assessorou o Coordenador da Missão para os Cuidados de Saúde Primários.

16 de novembro de 2005 a 30 de junho de 2006 — Coordenador do Grupo de Trabalho do PRACE no Ministério da Economia e da Inovação do PRACE — Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

1 de dezembro de 2001 a 30 de novembro de 2002 — Vogal do Conselho Diretivo do Instituto para a Inovação na Administração do Estado.

4 de novembro de 1996 a 30 de novembro de 2001; 1 de dezembro de 2002 a 15 de novembro de 2005; 1 de julho a 19 de novembro de 2006; 14 a 30 de novembro de 2015 — Inspetor na Inspeção-Geral das Atividades em Saúde.

Formador nas áreas da liderança, ética e inovação.

Publicações

Administração Pública: Modernização, qualidade e inovação, 3.ª ed., 2014, Edições Sílabo (coautoria).

Governação, Inovação e Tecnologias: O Estado-rede e a administração pública do futuro, 2009, Edições Sílabo (coautoria).

Ética e Deontologia: Manual de Formação, 2007, Ordem dos Engenheiros Técnicos (coautoria).

“Autoridades reguladoras nos monopólios tradicionais do Estado”. In: *Ética e Administração: Como modernizar os serviços públicos?*, 2003, Celta Editora, 2003 (obra coletiva).

A Responsabilidade dos Profissionais de Saúde: A responsabilidade no setor da saúde da administração financeira do Estado”. In: *O Hospital Português: Os Profissionais de Saúde. A gestão e o Utente*, 2000, ConferFORUM/Vida Económica (obra coletiva).

Sociedade da Informação e Proteção da Vida Privada, 1995, Instituto das Comunicações de Portugal (1.º Lugar da área de Direito do Concurso “Comunicações 95”).

Artigos publicados em revistas, jornais e portais eletrónicos, designadamente sobre os seguintes temas: liderança na administração pública, implicações da sociedade da informação e a proteção da vida privada, direito à privacidade e a recolha de dados pessoais no âmbito da relação do cidadão com o sistema de saúde, modernização e reestruturação da administração pública, gestão pública, desenvolvimento de competências, avaliação do desempenho, estado, sociedade do conhecimento na gestão das cidades, cidadania e gestão da qualidade, inovação e integração de cuidados de saúde.

311463203

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso (extrato) n.º 9622/2018

Por despacho da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira de 2018.06.27, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, foi designado, em regime de substituição, por vacatura do lugar, no cargo de Chefe de Divisão de Reembolsos Internacionais, da Direção de Serviços de Relações Internacionais (DSRI), o inspetor tributário nível 1, José António Domingos Santos, com efeitos a 5 de fevereiro de 2018.

28 de junho de 2018. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

311464913

FINANÇAS E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e das Infraestruturas

Portaria n.º 382/2018

Considerando que a CP — Comboios de Portugal, E. P. E., pretende contratar a Prestação de Serviços de Pagamentos para os Canais de Venda Web e Mobile da CP pelo período de seis anos.